



# LEI Nº 7.516, DE 22 DE JUNHO DE 2021

*Cria, em caráter permanente, na Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, o Complexo Regulador Estadual do Sistema Único de Saúde - CRESUS.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada, em caráter permanente, na Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, o Complexo Regulador Estadual do Sistema Único de Saúde – CRESUS que será organizado em:

- I - Central de Regulação de Consultas e Exames;
- II - Central de Regulação de Internações Hospitalares;
- III - Central de Regulação de Urgências.

Art. 2º O CRESUS operacionalizará as ações de:

- I - regulação do acesso aos serviços públicos de saúde da rede própria e conveniada SUS, nas esferas estadual, municipal e federal;
- II - referência interestadual e intermediação do acesso da população referenciada às unidades de saúde no âmbito do estado, interligando todos os demais sistemas de regulação existentes nos Municípios e à disposição da população do Estado do Piauí.

Art. 3º O CRESUS tem por finalidade:

- I - a interligação e integração de toda e qualquer oferta e/ou recurso assistencial disponível às necessidades imediatas do cidadão;
- II - promover a equidade, a agilidade e a eficiência de acesso;
- III - garantir a integridade da assistência ao paciente do Sistema de Saúde do Estado do Piauí, no âmbito de sua área de abrangência.

Art. 4º A SESAPI, por meio do número do Cartão Nacional de Saúde, promoverá a interligação e a integração dos bancos de dados dos pacientes de todos os sistemas municipais já existentes no Estado do Piauí ao CRESUS, podendo:

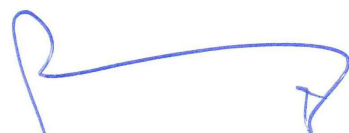
- I - firmar convênios ou parcerias com os Municípios do Estado do Piauí para integrar os sistemas em operação;
- II - firmar convênios com hospitais públicos e privados nos âmbitos federal e municipal para oferta de vagas nos tratamentos especializados, grandes traumas, terapia intensiva e cirurgias de média e alta complexidade;
- III - criar aplicativos e manter portais já existentes que facilitem ou deem maior celeridade de acesso às informações acerca da disponibilidade de leitos, vagas e cirurgias, próximos do local de atendimento;
- IV - integrar-se aos Hospitais e Ambulatórios Médicos de Especialidades, Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento e aos demais equipamentos de saúde que venham a ser criados no âmbito do Estado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias na Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 6º O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente Lei, no que couber.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DE KARNAK**, em Teresina (PI), 22 de junho de 2021.



GOVERNADOR DO ESTADO



SECRETÁRIO DE GOVERNO